

Relatório INSP-2019-0083

BI-2019-0083

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 20/08/2019 **Hora:** 12:45 **Tipo:** Denúncia (DEN-2019-0096)

Motivo da inspeção: Extraordinária

Inspetor responsável: João PRFB. Silva

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

No dia 20/08/2019 deslocámo-nos ao local da denúncia onde falámos com o denunciante.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Débora Madalena Aguiar Borges

NIPC/NIF: 221439021

Sede/morada: Rua do Galo

Código Postal: 9700-091

Freguesia: Angra (Nossa Senhora da Conceição)

Concelho: Angra do Heroísmo

Ilha: Ilha Terceira

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Obra/Madeiras com térmitas - Rua Jacinto Cândido, 21

Endereço: Rua Conselheiro Jacinto Cândido, 21

Código Postal: 9700-085

Freguesia: Angra (Nossa Senhora da Conceição)

Concelho: Angra do Heroísmo

Ilha: Ilha Terceira

Atividade principal: Obra de construção civil

Outras atividades: ---

Período de funcionamento: N/A

Licenciamento da atividade: Obra sem licenciamento



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Descrição da situação observada

No dia 20/08/2019 deslocámo-nos ao local da denúncia onde falámos com o denunciante. Verificámos a presença de traves de madeira com fortes sinais de infestação por térmitas, colocados na vertical e encostados ao muro de divisão de propriedade (conforme fotos 1 e 2).



Foto 1 – Traves com sinais de infestação por térmitas encostadas a muro de divisória de propriedade.



Foto 2 – Aspeto da armazenagem das madeiras no terreno em causa.



Foto 3 – Aspeto do terreno após remoção das madeiras.

2.2 – Enquadramento legal

De acordo com o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do combate à infestação por térmitas, sempre que seja detetada, ou existam fundadas razões para suspeitar da sua existência, a infestação de quaisquer materiais por térmitas ou pelos seus ovos viáveis, impende sobre o seu detentor a obrigação de promover a desinfestação ou proceder à sua imediata destruição por método que garanta a eliminação do risco de infestação.

De acordo com o n.º 3 do mesmo artigo, a desinfestação ou destruição deve ser feita no período mínimo que seja necessário para a realização da operação.

Quando se trate de resíduos de qualquer natureza, o período referido não pode, em caso algum, exceder os cinco dias úteis (n.º 4 do artigo 6.º do mesmo diploma).

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. Inexistência de um sistema de acondicionamento de resíduos infestados por térmitas, antes do início da obra. O incumprimento do dever do produtor de resíduos que se encontrem infestados por térmitas, de deter um sistema de acondicionamento adequado aos resíduos que estime serem produzidos, antes do início da obra em violação do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2015/A, de 26 de maio constitui contraordenação ambiental leve prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2015/A, de 26 de maio, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei



n.º 114/2015, de 28 de agosto, com as seguintes coimas: se praticadas por pessoas singulares, de € 200 a € 2000 em caso de negligência e de € 400 a € 4000 em caso de dolo;

2. Incumprimento da obrigatoriedade de desinfestação de resíduos contendo térmitas. O incumprimento da obrigação de promover a desinfestação ou proceder à imediata destruição por método que garanta a eliminação do risco de infestação de quaisquer materiais infestados por térmitas ou pelos seus ovos viáveis, em violação do disposto nas normas do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 50.º do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/A, de 30 de junho, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com as seguintes coimas: se praticadas por pessoas singulares, de € 2000 a € 20000 em caso de negligência e de € 4000 a € 40000 em caso de dolo.

4 – Indicações e medidas adotadas

A proprietária do prédio em causa foi notificada das irregularidades e respetivo enquadramento, bem como da obrigação de remoção dos resíduos infestados com térmitas num prazo máximo de 5 dias úteis, no dia 21/08/2019.

No dia 22/08/2019 a proprietária procedeu à remoção dos resíduos (foto 3, resultante de verificação efetuada no dia 03/09/2019), tendo os mesmos sido entregues na Teramb (conforme guia de transporte anexa ao processo).

Uma vez que a situação foi regularizada, propõe-se o arquivamento do processo.

Deve ser comunicado à entidade o arquivamento do processo, por e-mail.

Angra do Heroísmo, 3 de setembro de 2019

O Inspetor

(João Paulo Resendes Fernandes Bettencourt da Silva)